



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE HISTÓRIA**

**CAMILLA FARIAS DE MEIRELES**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A AUTONOMIA DESENVOLVIDA NA  
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E SUPLETIVO  
TERLÓPEDES CRUZ, NA CIDADE DE TACIMA-PB.**

**GUARABIRA  
2016**

**CAMILLA FARIAS DE MEIRELES**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A AUTONOMIA DESENVOLVIDA NA  
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E SUPLETIVO  
TERLÓPEDES CRUZ, NA CIDADE DE TACIMA-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de licenciatura plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto.

**GUARABIRA  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M499p Meireles, Camilla Farias de  
Projeto político pedagógico: [manuscrito] : a autohomia desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Supletivo Terlópedes Cruz, na Cidade de Tacima-PB / Camilla Farias de Meireles. - 2016.  
28 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.  
"Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto, Departamento de História".

1. Educação. 2. Autonomia. 3. Projeto Político Pedagógico.  
I. Título.

21. ed. CDD 370

CAMILLA FARIAS DE MEIRELES

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A AUTONOMIA DESENVOLVIDA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E SUPLETIVO TERLÓPEDES CRUZ, NA CIDADE DE TACIMA-PB.

Artigo, em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de licenciatura plena em História.

Aprovada em: 26/10/2016.

BANCA EXAMINADORA

Martinho Guedes dos Santos Neto  
Prof<sup>o</sup>. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UEPB)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Simone da Silva Costa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone da Silva Costa (UEPB)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me abençoou por todos esses anos, me dando força para enfrentar todas as dificuldades que surgiam. Como também, e em especial aos meus pais, Wellington e Emilia, que sempre acreditaram em mim, e nunca mediram esforços, para me verem alcançar mais essa conquista.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro e inteiramente ao meu Deus, pela sua presença constante na minha vida, sem que eu precise pedir, pelo auxílio nas minhas escolhas e por me confortar nas horas difíceis.

Agradeço aos meus pais, por todo o amor, carinho e apoio que sempre me deram ao longo desses anos, me orientando e ao mesmo tempo me dando a liberdade de escolher o meu caminho, sobretudo mostrando-me bem cedo que essa liberdade tinha de acarretar sentido de responsabilidade. Entre erros e acertos eles estavam sempre presentes com uma palavra de conforto, contribuindo com paciência e compreensão, em momento algum desacreditando do meu potencial.

Ao meu noivo, Júnior Pinheiro, por sua torcida sempre positiva, acreditando que um dia iríamos está compartilhando dessa vitória.

Ainda, ao professor Martinho Guedes dos Santos Neto (UEPB), por sua dedicação e seu apoio na elaboração/correção deste trabalho, assim como as professoras Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (UEPB) e Simone da Silva Costa (UEPB) pelas disponibilidades em participar da minha banca. A todos os amigos (as) de curso, pelos momentos de alegria! Especialmente às minhas “irmãs de coração” Aline Ferreira, Liliane Cristina e Luzienni Mouzinho, pelo companheirismo e sólida amizade que construímos, pela parceria nos trabalhos realizados e por todas as conversas e boas histórias ao longo desses anos, o que muitas vezes foi motivo de não desistir das cansativas viagens a Guarabira-PB.

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

ERIC HOBSBAWM

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>10</b>
2.1	Projeto Político-Pedagógico .....	12
2.2	<i>A autonomia da escola.....</i>	<b>12</b>
2.3	<i>O projeto político-pedagógico e sua ação na escola.....</i>	<b>15</b>
2.4	O projeto pedagógico na E.M.E.F e Supletivo Terlópedes Cruz- Tacima, PB...	16
<b>3</b>	<b>MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>17</b>
3.1	Caracterização da área de estudos.....	17
3.2	Etapas da Pesquisa.....	22
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>



## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A AUTONOMIA DESENVOLVIDA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E SUPLETIVO TERLÓPEDES CRUZ, NA CIDADE DE TACIMA-PB.

Camilla Farias de Meireles\*

### RESUMO

Embora todas as transformações sofridas no decorrer da história, a escola ainda representa a Instituição que a humanidade optou para socializar o saber sistematizado. Isso significa garantir que é o lugar onde, por princípio, é difundido o conhecimento que a sociedade estima necessário transmitir às novas gerações. Nenhuma outra forma de aparelhamento foi capaz de substituí-la. O trabalho da escola enquanto instituição social é fazer com que o educando participe do seu grupo ativa e afetivamente, adequando-se aos valores, crenças, conhecimentos acadêmicos e referenciais sócio-históricos. Uma apropriação significativa tanto para si como para o outro, tornando-se uma pessoa consciente e responsável pela mudança da realidade em que está inserido, a qual possibilite a transformação da sociedade habitada, tornando-a um espaço de vivências com possibilidades diversas, como nas relações políticas, sociais, culturais e científicas, onde a ética e a justiça possam nortear as ações, oportunizando aos alunos o acesso ao conhecimento sistematizado de forma reelaborada e crítica, ajudando na identificação e superação de dificuldades no processo de ensino e aprendizagem. Essa pesquisa tem como objetivo analisar os problemas existentes na elaboração e execução do projeto político pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Supletivo Terlopédes Cruz, na cidade de Tacima/PB. O Projeto Político Pedagógico tem o propósito de contribuir para uma educação de qualidade ao alcance de todos, assim constatou-se neste artigo as transformações e autonomia pela qual vem passando a escola supracitada, as causas e consequências do Projeto político pedagógico e a falta de compromisso em cumprir as normas existentes no Projeto. Esta pesquisa pode colaborar para o desenvolvimento do projeto político pedagógico no cotidiano da escola estudada no sentido de, proporcionar melhorias na educação do município de Tacima/PB.

**Palavras-Chave:** Educação. Autonomia. Projeto Político Pedagógico.

### 1 INTRODUÇÃO

Segundo Veiga (2008) “A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação do Projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base nos alunos”. Nesse contexto é necessário avaliar as dificuldades encontradas no cotidiano da vida escolar das crianças, para que seja elaborado um Projeto Político Pedagógico de acordo com a realidade de cada instituição escolar. Desse modo, quando pensamos em construir os projetos

---

\* Aluno de Graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.  
Email: camillameireles00@hotmail.com

de nossas escolas, temos que planejar o que pretendemos fazer, e realizar. Buscando refletir soluções para um bom funcionamento, onde a comunidade escolar possa colaborar de forma mais participativa e consciente, sobretudo procurando os melhores benefícios possíveis. É anteveer um futuro diferente da realidade.

O Projeto Político Pedagógico é entendido, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do mesmo, parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. Deste modo, ao ter acesso e conhecer, de fato, o que seria o projeto político pedagógico, tive a oportunidade de observar o quanto, grande parte das escolas, sente dificuldade em colocá-lo em prática. Foi nesse momento que senti a curiosidade, motivação e necessidade de pesquisar e saber quais os reais motivos que impediam a escola, enquanto instituição, alcançar na prática os regimentos administrados por este projeto.

Para Resende (2010), a construção do projeto político pedagógico, deve considerar a realidade da instituição, assim como o meio sociocultural o qual faz parte, valorizando a participação de todos os envolvidos e incentivando a criatividade, a capacidade reflexiva e a própria dinâmica. No entanto, a escola diante a construção do projeto político-pedagógico demonstra ainda não ter determinação nas relações entre os sujeitos que ensinam/aprendem e a sociedade.

Percebe-se, na maioria das vezes, que as escolas ficam sem desenvolver seu trabalho devido à espera dos recursos públicos, não apenas da verba vinda para as aquisições da educação, mas também da preocupação em investir em capacitações para os professores, fazendo com que se atualizem a fim de promover aulas mais criativas para os seus educandos, o que não deixa ser, de certa forma, algo ligado aos recursos provenientes do setor público, pois para a mesma é mais fácil encontrar responsáveis por não estar desempenhando o trabalho escolar como deveria, do que colocar em prática todo o projeto político-pedagógico. No entanto, atingir todas as expectativas para que ocorra a transformação da escola precisaria ser o “ponta pé” inicial para uma organização e funcionamento adequado da instituição, permitindo avanço tanto no corpo docente, como discente, juntamente com a sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (Saviani 1983, p.93). Porém, no que se diz respeito aos governantes, funcionam como suporte para as realizações dos trabalhos a ser desenvolvido, contido no Projeto. Dessa forma, é importante salientar o diferencial de cada escola de modo particular, para que o planejamento da mesma seja elaborado com requisitos voltados para o aprendizado e o bem-estar de todos.

“Todos os projetos supõem rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para se arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas, as promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus autores” (GADOTTI, 1994, p.579).

Ainda analisando o pensamento do autor acima citado, percebe-se o quanto o Projeto Político-pedagógico corre risco durante a sua realização, no momento em que se quebra a face estável (comodismo), para passar por uma experiência nova em busca de possibilidades (novas experiências), causando dessa forma desconforto e insegurança com as promessas para um futuro promissor.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Supletivo Terlopédes Cruz, na cidade de Tacima-PB, encontra limitações para ser executado (realidade vivenciada anualmente no âmbito escolar), prejudicando significativamente o desenvolvimento educacional da instituição.

Assim como existe problemas na maioria das instituições de ensino, na Escola estudada não é dessemelhante, a equipe envolvida sente dificuldade em colocar em prática o que está no projeto, pois a mesma se vê cercada de muitos fatores que impedem sua plena execução, como por exemplo, as questões políticas existentes na maioria das pequenas cidades. Contudo a cada dois anos a comunidade escolar (gestor, professores, alunos, funcionários em geral e pais dos alunos) se reúnem para elaborar o projeto político pedagógico, levando em consideração a realidade da escola, almejando dessa forma a possibilidade de desenvolver um trabalho com competência e êxito. Neste sentido, essa pesquisa tem como objetivo analisar o projeto político-pedagógico e sua autonomia no cotidiano da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Supletivo Terlopédes Cruz, na cidade de Tacima/PB.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim projeto participio passado do verbo *prolifere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, designo. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (FERREIRA, 1975).

Para Vasconcellos (2002), O Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a “sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade.” É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de formação idealista que valorizava apenas as ideias, os postulados filosóficos da escola, as boas intenções, mas não se comprometia com a efetiva alteração da realidade.

Portanto, o Projeto não deve ficar só no nível filosófico de uma espécie de ideário (ainda que contemplando princípios pedagógicos), e nem no nível sociológico de constatações de um diagnóstico. Nesta medida, também é uma forma de enfrentar a descrença e resgatar nos educadores o valor do planejamento, tendo em vista a carga pragmática decorrente da sua própria constituição, qual seja, só se conclui enquanto elaboração quando chega a propor ações concretas na escola.

Ainda segundo Vasconcellos (2002), o Projeto Político-pedagógico não é apenas o marco referencial. Em muitas escolas, nas primeiras elaborações, houve certa confusão neste sentido. No processo de elaboração do Projeto, muitos fatores podem interferir de forma a comprometê-lo parcial ou totalmente. Podemos citar, por exemplo: Imediatismo: ter pressa, com as discussões; achar que não há necessidade de se fazer a elaboração teórica, ir direto a ação; Perfeccionismo: querer chegar a um texto extremamente preciso; Falta de expectativa na instituição: “Não adianta falar que nada vai acontecer mesmo...”; Formalismo: perigo de reduzir o Projeto a uma sequência de passos, a simplesmente elaborar um documento, sem significado nem envolvimento com as ideias e propostas; Mera reprodução do novo senso comum pedagógico; Nominalismo: achar que definir uma linha de trabalho para escola é se “filiar” a alguma concepção corrente (educação libertadora, construtivismo, etc.); Falta de experiência de caminhada comum enquanto grupo; a rotatividade das pessoas na instituição; Falta de condições objetivas de espaço-tempo para encontro, reflexão, elaboração e acompanhamento; Falta de exercício democrático na escola.

Estes eventuais obstáculos, uma vez localizados, deverão ser tematizados, enfrentados, tendo em vista sua superação.

Segundo Veiga (2008), o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político, pois estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população

majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Na visão de Santiago (1990), apesar da expressão “projeto político-pedagógico” ter se tornado comum nos últimos anos, se observa nas práticas pedagógicas que o esforço dos educadores no sentido de conduzir proposta que identifiquem a escola como espaço de exercício da cidadania, cumprindo sua tarefa de construção/veiculação de conhecimento em processo de equidade social, nem sempre tem conseguido superar a dicotomia entre as dimensões política e pedagógica.

Para Santiago (1990), em outra circunstância, o empenho da escola na busca de mudanças recai, exclusivamente, nas inovações metodológicas, promovendo alterações na organização do currículo, na condução das atividades em sala de aula, nas relações pedagógicas mais singulares, nos recursos didáticos utilizados, sem que o grupo responsável pela condução dessas práticas tenha claros os fins que as direcionam.

A escola justifica sua existência e torna válida sua atuação ao traçar uma proposta pedagógica no livre consenso dos nela interessados e por ela solidariamente responsáveis e ao propicia-lhe as condições de efetividade com eficiência. Dessa forma, imbricam-se na proposta pedagógica as duas dimensões do instituinte e do instituído: a dimensão ética-política da natureza intersubjetiva da formação da vontade coletiva e a da coordenação e da condução da atuação solidária. A questão dos valores consensualmente definidos e consequentemente por todos assumidos na corresponsabilidade das práticas efetivas, torna-se, por isso, a questão primordial, pois é necessário, antes de tudo, definir qual cidadão a escola pretende formar para qual sociedade, sem o que a ação política se restringia à luta por vantagens individuais ou grupais (MARQUES, 1990).

Ao inscreve-se num projeto de transformação social, a escola estará buscando, por intermédio da ação educativa, a construção de uma nova hegemonia. Isto é, implementação e a generalização de uma forma de ver e compreender a realidade, distinta da atualmente dominante, que possa conduzir as classes subalternas à desvlei nação ideológica reivindicando espaços de poder.

## 2.2 A AUTONOMIA DA ESCOLA

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, (Lei 9394/1996) (Lei nº 4.024 / 61 e lei nº- 5.692 / 71), embora sem usar a palavra “autonomia”, fixaram a norma de que cada estabelecimento, público ou particular, deveria organizar-se por meio de regimento

próprio. Na Lei nº 4.024 essa norma estava no art. 43, que foi revogado pela Lei nº- 5.692 / 71, mas, que manteve no seu corpo a norma do regimento próprio.

O tema autonomia, desde o manifesto dos pioneiros, sempre recebeu escassa atenção e quando havia alguma, ela não ultrapassava o nível de uma reivindicação de maior liberdade regimental. No máximo reivindicava-se maior liberdade dos professores com relação ao diretor, e da escola com relação a outras instâncias administrativas, já que a autonomia da escola apenas ganha importância se significar autonomia da tarefa educativa, caso contrário o assunto se reduz a uma mera questão regimental.

Trata-se de criar um novo tipo de relação pedagógica por meio da qual a autonomia e a imaginação possam ser permanentemente construídas para que não se transforme em mistificação. A ideia da autonomia e autogestão como projeto de formação educacional se disseminou, mas deve ser vista nos limites dados pelas relações de força presentes em todas sociedades (GATTI 2002).

Mas nas práxis<sup>†</sup>, a autonomia dos outros não é um fim, mas sempre um começo, existe uma relação intrínseca entre o que é visado – o desenvolvimento da autonomia – e aquilo por que ela é desejada – seu exercício–, pois ambos os desejos constituem dois momentos de um mesmo processo, considerando que a práxis não se apoia num saber definitivo, mas sim fragmentário e ilusório. Seu exercício provoca a lucidez necessária no sujeito da ação, pois este é “transformado constantemente a partir da experiência em que está engajado e que ele faz, mas que o faz também: ‘os pedagogos são educados’, ‘o poema faz seu poeta’. Daí resulta uma modificação contínua, no fundo e na forma, da relação entre um sujeito e um objeto, os quais nunca podem ser definidos de uma vez por todas” (CASTORIADIS, 1991).

Na visão de CASTORIADIS (1991, p.116): “Só pode realizar os fins que se propõe usando meios que os contradizem, fazendo nascer exigências que não pode satisfazer, estabelecendo critérios que é incapaz de aplicar, normas que é obrigada a violar. Ela pede aos homens, como produtores ou como cidadãos, que permaneçam passivos, que se limitem dentro da tarefa que ela lhe impõe; quando constata que esta passividade é seu câncer, solicita a iniciativa e a participação, para logo descobrir que também não pode suportá-las, que elas colocam em questão a própria ordem existente [...]”

A literatura estudada aponta, ainda, inúmeras dificuldades no que tange à efetivação da autonomia da escola, destacando, dentre elas, o processo de consolidação da avaliação externa

---

<sup>†</sup> s.f.2n. Práxis: Prática; atividade ou situação concreta que se opõe à teórica.

Filosofia. Marxismo. Atividade humana concreta que, contrária à teórica, possibilita que alguém trabalhe no cultural, política e socialmente, alterando e modificando as relações entre indivíduos e grupos.

Filosofia. Aristotelismo. Reunião das atividades individuais, sem propósito para além de si mesmo, cuja expressão mais característica ocorre na política, especialmente definida pelo teor concreto em oposição ao teórico.

Tipo de conhecimento que se volta para as relações sociais e para o âmbito político, econômico e moral. Movimento de vanguarda da poesia brasileira que teve lugar em São Paulo em 1961.

– como, por exemplo, os programas SAEB, Enem e Prova Brasil, - utilizada por diferentes países baseados em testes padronizados em larga escala. Sua utilização indiscriminada tem sido questionada por diferentes autores que apontam seu caráter arbitrário, pois esse modelo não consegue captar a dinâmica de funcionamento da escola, uma vez que sua cultura só pode ser captada por meio de outras formas de observação. É inegável que realizar a avaliação em larga escala sobre os resultados obtidos pelas escolas constitui um importante indicador para que os gestores dos sistemas de ensino possam corrigir os problemas do fluxo escolar e reorientar as decisões e medidas legais (GATTI, 2002).

O termo autonomia passou a conter uma pluralidade de significados, utilizando por tecnocrata, anarquista, comunistas, proletários, humanistas e cientista, de forma a designar, descentralização, negação do Estado ou criação de conselhos. Porém, “não podemos separar a ideia de autonomia de sua significação política e econômica, isto é, da capacidade de dirigir, decidir, controlar, portanto, de autogovernar-se, de ser plenamente cidadão” (GADOTTI, 1990).

A autonomia da escola é, pois, um exercício de democratização de um espaço público: é delegar ao diretor e aos demais agentes pedagógicos a possibilidade de dar respostas ao cidadão (aluno e responsável) a quem servem, em vez de encaminhá-lo para órgãos, centrais distantes onde ele não é conhecido e, muitas vezes, sequer atendido. A autonomia coloca na escola a responsabilidade de prestar conta do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e famílias, é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, o que a caracteriza como uma categoria eminentemente democrática (NEVES, 1994).

Segundo Neves (1994), “a liberdade não deixa de ser liberdade pelas relações interpessoais e sociais que a limitam, a autonomia da escola não deixa de ser autonomia por considerar a existência e a importância das diretrizes básicas de um sistema nacional de educação. Da mesma forma, assim como a democracia sustenta-se em princípio de justiça e igualdade que incorporam a pluralidade e a participação, a autonomia da escola se justifica no respeito à diversidade e à riqueza das culturas brasileiras, na superação das marcantes desigualdades locais e regionais e na abertura à participação.”.

A autonomia valoriza os agentes pedagógicos que atuam nas escolas e cobra-lhes, diretamente, o compromisso ético-profissional de servi ao público em matéria de educação. É contrária ao paternalismo, a dependência à inércia, à divisão pormenorizada do trabalho, a centralização e à burocracia excessiva. No entanto, é preciso lembrar que o quadro de

destruição pelo qual passou a escola pública brasileira deixou marcas tão profundas, que a simples outorga de uma nova ordem não conseguirá modificar (NEVES,1994).

Segundo Vasconcellos (2010), o questionamento que muitos educadores se fazem é bastante claro: até que ponto a proposta das mantenedoras (sobretudo públicas) de que as escolas agora devem fazer seu Projeto Político Pedagógico não estaria, na verdade, representando uma estratégia de descompromisso e de transferências de responsabilidades? Seria autonomia ou descaso do Estado? O discurso da autonomia poderia ter uma forte carga ideológica, no sentido de deixar a entender que as escolas, na medida em que tem seus projetos, são responsáveis pelo sucesso ou fracasso de suas práticas e dessa forma afastando esse compromisso das autoridades responsáveis no suporte que se faz necessário indispensável para oferecermos uma educação de qualidade ao alcance de todos.

Muitas vezes no dia-a-dia, a preocupação da direção acaba sendo ‘que a escola funcione’, e a dos professores acaba girando em torno do ‘manter a disciplina e cumprir o programa’. Então ponderamos: Frente a tantas dificuldades porque a escola deve se interessar pelo Projeto? Ora, a função do projeto é justamente ajudar a resolver problemas, são as normas e regimentos para que aja um bom funcionamento. E dessa forma, transformar a prática e, no limite, tornar mínimos os problemas, ansiando solucioná-los da melhor forma possível, proporcionando situações confortáveis para todo corpo docente e discente da instituição.

### 2.3 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E SUA AÇÃO NA ESCOLA

O projeto Pedagógico de uma escola é uma oportunidade para que algumas coisas aconteçam como tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas detectadas. Porém isso é de grande dificuldade.

Em um Projeto Pedagógico, assim como nas relações escolares, tudo é relevante, pois ensinar bem, por exemplo, não é apenas ensinar eficientemente uma disciplina, mas é também o êxito em integrar esse ensino aos ideais educativos de escola.

Dessa forma, perante os problemas enfrentados para a execução do projeto político pedagógico, como a falta de compromisso dos responsáveis, fica inviável o desenvolvimento do mesmo no cotidiano da escola. Desse modo, o projeto não pode ser apenas um



agrupamento de ideias, é necessário colocá-lo em prática. Esses são alguns dos itens básicos pelo qual toda e qualquer escola deve investir para assim obter uma educação de qualidade.

Diversos problemas veem ocorrendo na escola devido, na maioria das vezes, a falta de entusiasmo daqueles que fazem parte da comunidade escolar, para que desempenhe o projeto político-pedagógico. Sendo assim, o que foi decidido através de todo um conselho para a construção do projeto, no qual almeja a melhoria da educação do município, não são realizados, dificultando de maneira considerável o desenvolvimento de um trabalho coerente com a realidade da escola.

O interesse pela pesquisa surge a partir dos problemas detectados no cotidiano da escola para colocar na prática o Projeto Político Pedagógico, a fim de contribuir para uma educação de qualidade ao alcance de todos.

#### 2.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA E.M.E.F e SUPLETIVO TERLOPÉDES CRUZ– TACIMA, PB.

No desígnio de aprimorar a sua prática pedagógica, a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Supletivo Terlopédes Cruz tem compreendido a necessidade de desenvolver reflexões, tanto quanto possível, nos seus diversos segmentos, de modo a reafirmar através de seu currículo os princípios Político Pedagógicos que dão suporte às iniciativas educacionais que serão implementadas.

Nessa conjuntura, o presente Projeto Político-Pedagógico (P.P.P) da Escola Municipal de Ensino Fundamental e supletivo Terlopédes Cruz foi arquitetado e elaborado com acostamento no conjunto de leitura crítica de documentos e informações sobre as mudanças derivadas das diretrizes que guiam os princípios teóricos e metodologias da prática Pedagógica.

A socialização sobre o desenvolvimento pedagógico na E.M.E.F e Supletivo Terlopédes Cruz, acendeu probabilidades de reformulação de suas práticas visando o avanço da qualidade de ensino.

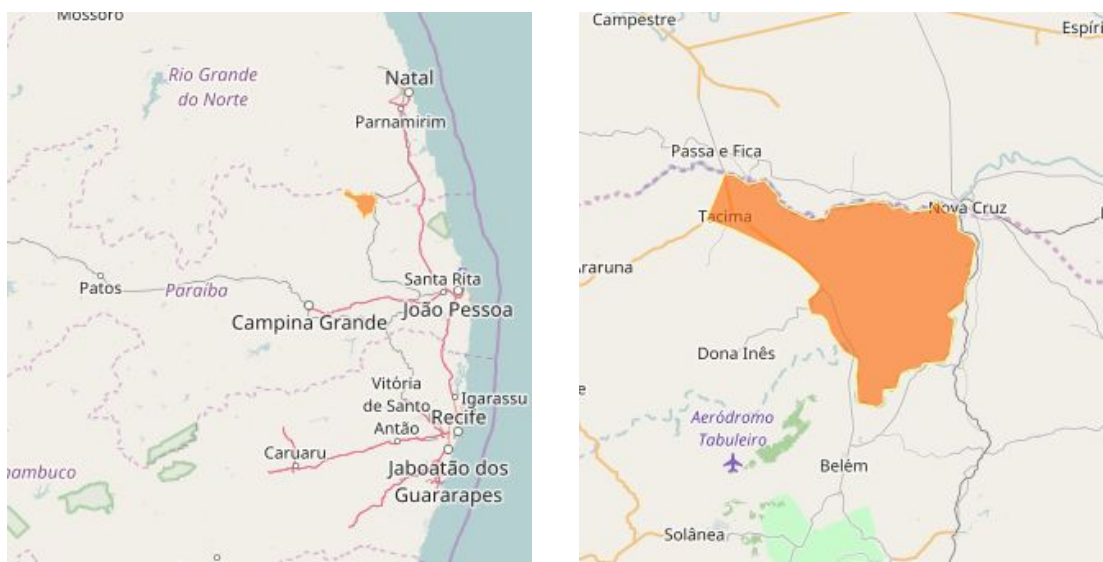
Através dessa pesquisa tive o conhecimento que mais adiante a mesma busca superar essas dicotomias historicamente postas, pretendendo contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno da Escola Normal interagir com as diversas áreas de saberes pedagógicos, adotando a pesquisa como forma de articular e aprofundar temas de interesse numa perspectiva de associação entre teoria e prática, como fontes de produção de novos conhecimentos.

Finalmente, é importante ressaltar que o Projeto-Político Pedagógico define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade, não é um documento definitivo, pelo contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses de uma sociedade justa, excludente e igualitária, como também não é algo desconectado da realidade escolar, haja vista sua construção está fundamentada em um documento construído por todos os segmentos da comunidade escolar privilegiando três aspectos importantes para a escola (o pedagógico, o administrativo e o político) onde foram definidos: horizontes, dificuldades e ações.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1 Caracterização da Área de Estudo

O município de Tacima está situado no Agreste Paraibano, mais especificamente na depressão, entre a vertente oriental dos municípios de Araruna e Solânea, ocupa uma área 246,659 km<sup>2</sup>, com altitude média de 168 m. Limita-se ao norte com o Município de Passa e Fica/RN, ao Sul Bananeiras, Dona Inês, Riachão (Paraíba), a Leste com o município de Caiçara, Belém (Paraíba) e a Oeste com o município de Araruna.



Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>

A atual população residente de Tacima-PB é de 10.262 habitantes, sendo que 4042 ocupam a zona urbana e 6220 a zona rural (IBGE, 2016).

O relevo de Tacima é pouco acidentado, e o seu clima é considerado quente e seco, porém saudável, resultante da presença do ar equatorial que atinge o Nordeste Brasileiro. Neste município predominam as seguintes atividades econômicas: Setor Primário- Agricultura (feijão, milho e fava.); Pecuária (bovino, caprino e suíno.); Caça e Pesca. Setor Secundário- Não dispondo de atividades industriais. Setor terciário- Comércio Atacadistas e Varejistas (cereais e bebidas, magazines, lojas e supermercados).

A E.M.E.F e Supletivo Terlopédes Cruz, localizada na Praça João Ferreira da Silva S/N – Na cidade de Tacima. Foi fundada no ano de 1970, na administração do então Prefeito Jeová Lins Coelho, que nomeou esta instituição em homenagem a um presente vereador deste município -Tercílio Cruz -, logo após sua morte em 1969. E desde então até os dias de hoje vem oferecendo ensino do 1º ao 9º ano, como também a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na administração do então Prefeito em exercício.



Figura 1: Escola Municipal de Ensino Fundamental e Supletivo Terlopédes Cruz Tacima/PB.

Fonte: Acervo da autora. 2014.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental e Supletivo Terlopédes Cruz, iniciou um trabalho de levantamento de percepção e conscientização dos pais com relação às suas atividades educativas (dados relatados pela atual gestora), de modo que a comunidade escolar se reúne a cada bimestre a fim de tentar resolver as dificuldades do cotidiano daqueles que estão diariamente naquela instituição, colocando em pauta as suas necessidades, assim como

as suas opiniões, em cima da realidade institucional. Porém, apesar das estratégias usadas não obteve muito êxito, sobretudo devido à falta de interesse de alguns familiares, que ao menos tentam está mais presentes, juntos, nesse projeto.

A escola possui aproximadamente 44 professores no total, sendo 04 professores de História, graduados, e 49 funcionários de apoio sendo distribuídos entre assistentes administrativos, auxiliares administrativos, secretário Escolar, porteiros, vigilantes, merendeiros e auxiliar de serviços gerais. A escola conta com os serviços de Coordenação e apoio Pedagógico (orientação, serviço Social, conselho escolar) e festas comemorativas. Funciona atualmente com razoável contingente de alunos matriculados, distribuídos em três turnos. O prédio compõe-se de 10 salas de aulas (figura 02); sala dos professores (figura 03) secretaria (figura 04) pátio da escola (figura 05); biblioteca (figura 06); banheiros divididos em masculino e feminino (figura 07); 01 banheiro para os funcionários; cozinha com dispensa.



Figura 02: Sala de aula da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Supletivo Terlopédes Cruz, Tacima PB.  
FONTE: Acervo da autora, 2016.



Figura 03: Sala dos professores E.M.E.F e Supletivo Terlopédés Cruz, Tacima PB.  
FONTE: Foto da autora, 2016.



Figura 04: Secretaria E.M.E.F e Supletivo Terlopédés Cruz, Tacima PB. FONTE: Acervo da autora 2016.



Figura 05: Pátio de recreação da E.M.E.F e Supletivo Terlopédes Cruz, Tacima PB.  
FONTE: Acervo da autora, 2016.



Figura 06: Biblioteca da E.M.E.F e Supletivo Terlopédes Cruz, Tacima PB.  
FONTE: Acervo da autora, 2016.



Figura 07: Banheiros da E.M.E.F e Supletivo Terlopédes Cruz, Tacima PB.  
FONTE: Acervo da autora, 2016.

Na sala dos professores contém 02 televisores, mesa, cadeiras e alguns armários. A secretaria escolar funciona nos três turnos para atender a necessidades da mesma. A Escola dispõe de alguns recursos materiais como, data show, televisores com entrada para pendrive, mesas pedagógicas e entre outros.

A escola possui alguns programas como: Atleta na Escola. Havendo alguns projetos do ano 2012, 2013 e 2015 como: Meio ambiente Fauna e Flora, Educação ambiental preservação do liquido precioso e entre outros.

O planejamento pedagógico da escola acontece mensalmente e a mesma tem como desafios permanentes difundir novas relações de trabalho, pensando no bem-estar da comunidade escolar. A instituição se organiza coletivamente através de relações sociais que produz e reproduz valores, costumes e ideias, construindo a aprendizagem coletiva a qual torna o espaço escolar uma janela aberta para a visão de um mundo novo e formador de uma cultura, onde se valoriza metodologias que interajam no contexto escolar visando o crescimento proporcional e aprendizado.

### 3.2 Etapas da Pesquisa

Para o desenvolvimento desse trabalho, utilizaram-se pesquisas na internet, pesquisa bibliográfica, pesquisas realizadas nas visitas a escola de ensino fundamental Escola Municipal e Supletivo Terlopédes Cruz, com o intuito de verificar o conhecimento do corpo

docente acerca do Projeto Político Pedagógico (PPP) e como se dá a autonomia no cotidiano da escola, diante da prática do mesmo.

Esses momentos informais foram de grande importância para a qualidade do desenvolvimento da investigação, pois permitiu realizar observações, desenvolver conversas a fim de obter informações sobre a realidade dos sujeitos (alunos, professores e equipe de coordenação), estabelecendo contatos e apresentando a proposta de trabalho.

Para Freitas (1992), a qualidade da escola passa a interessar mais na medida em que a estrutura social necessita de mais habilidades do trabalhador, como capacidade de abstração para certas decisões, raciocínio matemáticos e outras. Todas essas habilidades são típicas de serem desenvolvidas na escola, porém neste modelo apresentado. Por outro lado, a educação é temida pelo grupo que detém o poder porque gera conscientização e busca de autonomia.

Enfim, a importância é a motivação e o empenho comum numa reflexão institucionalmente abrangente e o firme propósito de alterar práticas ineficientes. Para isso, não há formulas prontas e convém não esperar auxílio de uma inexistente ou de roteiros burocratizados. A elaboração de um Projeto Político Pedagógico é um exercício de autonomia.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na realização do trabalho percebeu-se a dificuldade que os profissionais da educação da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Supletivo Terlopédes Cruz enfrentam em desenvolver com autonomia a execução do projeto político pedagógico (PPP). No momento da elaboração do PPP os mesmos participam de forma notável, diagnosticando problemas e indicando possíveis soluções, porém, no momento de colocar o PPP em prática ocorrem diversas barreiras, como as políticas (há intervenções feitas que revelam, claramente, as injunções políticas do município), profissionais (despreparo dos docentes para as atividades da escola) e até mesmo pessoais (comodismo, falta de compromisso e ética com o trabalho). No entanto, os docentes se dizem abertos para novas experiências e inovações metodológicas.

A escola acima citada é de fácil acesso, pois, os alunos dispõem de transportes escolares adequados (ônibus) que fazem todo o percurso até a escola. O espaço que dispõe a escola satisfaz plenamente a clientela. O funcionamento se dá no turno matutino, vespertino e noturno atendendo a 516 alunos assim distribuídos no (quadro 01).



SÉRIE / ANO	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS
1º	01	23
2º	02	41
3º	02	41
4º	02	55
5º	02	33
6º	02	63
7º	03	74
8º	02	48
9º	02	59
EJA	05	79
<b>TOTAL GERAL DOS ALUNOS MATRICULADOS</b>		<b>516</b>

Quadro 01: Distribuição dos alunos matriculados por ano e turma na tabela acima

A maioria desses alunos advém de lares com renda inferior a um salário mínimo constituídos em sua maioria por agricultores ou sem uma profissão definida, sobrevivendo de pequenos serviços como: lavadeira, pedreiros, ajudantes, biscateiros e outros. As famílias de baixa renda participam de programas sociais financiados pelo Governo Federal e também dispõem de serviços psicológicos e outros.

A grande maioria dos pais são analfabetos ou semi-analfabetos. Há sempre um intercâmbio escola/comunidade através das reuniões com os pais de alunos, através dos serviços de apoio e festas comemorativas realizadas na própria escola. Eventualmente a escola é emprestada para recepções de aniversários e casamento de pessoas da própria comunidade.

As dificuldades encontradas na escola são: falta de sistematização dos projetos escolares e didáticos, falta de conhecimento por parte da comunidade escolar do seu papel de colaboradores junto à escola, dificuldades dos alunos nas disciplinas de português e matemática, alunos com dificuldades de leitura e escrita nas séries iniciais e no 6º ano, fatores externos (problemas familiares) e internos que interferem no comportamento do aluno na sala de aula (agressividade, indisciplina, falta de concentração), e elevados anos de repetência e abandono no ano de 2014, como está exposto no gráfico 01.

O número de alunos que abandonaram o estudo aumentou significativamente nos anos finais. Dessa forma ocorre uma necessidade de rever e adequar à metodologia de ensino.

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
<b>Anos Iniciais</b>	8,5% 16 reprovações	0,6% 2 abandonos	90,9% 162 aprovações
<b>Anos Finais</b>	8,5% 23 reprovações	9,9% 27 abandonos	81,7% 219 aprovações

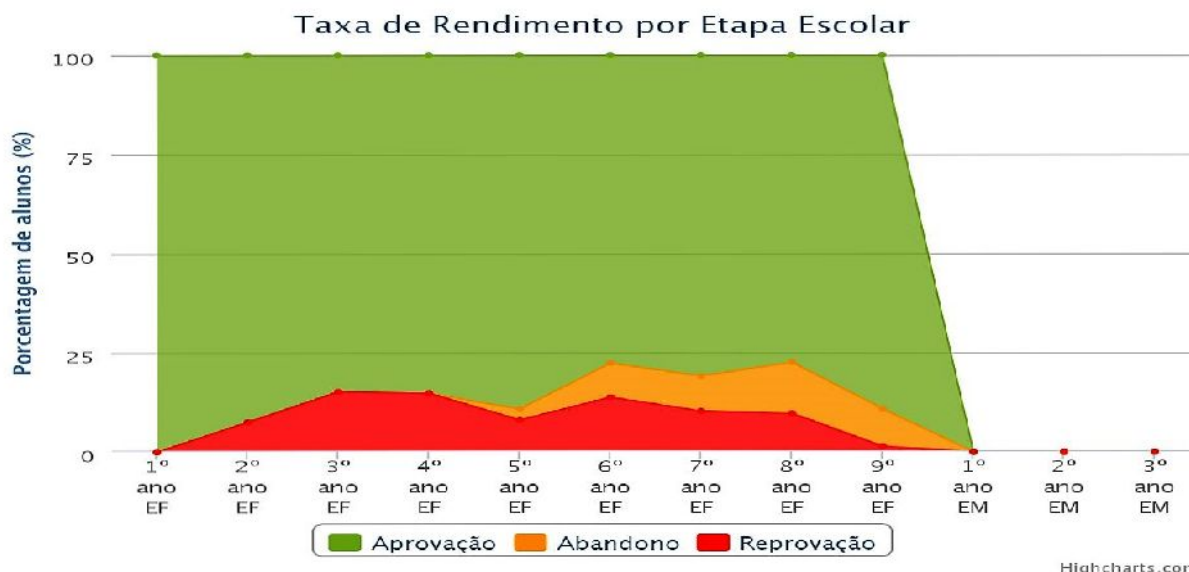


Gráfico 1: comparativo entre o número de alunos matriculados, evasão escolar, reprovação na E. M. de E. F e Supletivo Terlopédes Cruz. Gestor Escolar.

As dificuldades em concretizar a proposta pedagógica referente à interdisciplinaridade, as deficiências dos discentes na assimilação dos conteúdos expostos na sala de aula, a necessidade de ampliação do espaço físico para atender a clientela, a falta de conscientização dos pais com relação a importância de ajudar na educação dos filhos, a dificuldade (por parte dos docentes) em compreender os distúrbios comportamentais apresentados pelos alunos são algumas das explicações para esse decréscimo de abandono no ano de 2014.

A escola tem como ações, reuniões mensais com a direção da escola para planejamento das ações diárias na sala de aula, proporcionar mais integração e um melhor relacionamento interpessoal entre todos os segmentos da escola, capacitar professores nas disciplinas de português e matemática, elaborar projetos de leitura e escrita além de trabalho de aconselhamento e orientação a pais e alunos em situação conflituosa, bem como, acompanhamento psicossocial e pedagógico aos discentes com deficiência na aprendizagem ou com problemas comportamentais,

Visitas periódicas aos domicílios para saber o motivo das faltas e repetências, planejamento, organização e execução da semana cultural na escola, realização de oficinas pedagógicas sobre temas de interesse da comunidade escolar, numa perspectiva interdisciplinar, realização de atividades socioculturais: oficinas pedagógicas, exibição de filmes educativos, palestras educativas dirigidas a pais, alunos e professor, reivindicar junto aos órgãos competentes a construção da sala de professores, biblioteca, refeitório, salas de aulas e quadra poliesportiva, organização e dinamização das reuniões de pais e mestres,

elaboração de um projeto de avaliação numa perspectiva progressista, onde a aluno e o professor sejam sujeitos ativos desse processo., são algumas das propostas da escola para a evasão identificada.

A perspectiva para um futuro promissor, prática efetiva do regimento Escolar e do Conselho Deliberativo, apresentação dos índices estatísticos (resultados) do Rendimento Escolar, estruturação da parte administrativa e pedagógica da escola, uma biblioteca atualizada com mobiliário adequado e pessoas capacitadas para o atendimento, que cada funcionário exerça sua função com responsabilidade e compromisso, uma escola que se enquadre dentro da filosofia de gestão democrática sem perder de vista os princípios de autoridade e organização são coisas necessárias para a mobilização de uma melhor qualidade de ensino-aprendizagem nesta escola.

Acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos e professores em sala de aula, corpo discente mais autônomo, alunos com mais conscientização referente à preservação ambiental, boa relação interpessoal entre todos os segmentos da escola, atualização do acervo da biblioteca, professores comprometidos e conscientes de seus direitos e deveres com o planejamento didático-pedagógico numa perspectiva inovadora, promoção de atividades extraclasse, (aula campo e excursão).

Utilização da informática como recurso didático, formação de grupos de estudo com a parceria da Equipe Pedagógica, avaliação periódica das ações desenvolvidas na escola, formação de alunos com ampla consciência política para que possa contribuir para uma mudança política no país, política voltada para os interesses da comunidade, oferta de um ensino que possibilite aos estudantes terem clareza de seu papel transformador na sociedade.

A referida escola está cadastrada em vários programas federais como, Atleta na escola, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programas de Transporte do Escolar (PTE); Programa; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); EJA; Programa Caminho da Escola.

A escola tem como objetivo explorar o conhecimento de maneira crítica e contextualizada, dando subsídios a uma aprendizagem alicerçada no diálogo, no respeito à diversidade desenvolver um trabalho participativo, integrado, dinâmico, favorável à cultura e na inclusão as novas tecnologias. Contribuindo para a auto realização do educando e sua participação como cidadão no meio em que vive.

## 5 CONCLUSÃO

Nessa pesquisa fica claro que, não é fácil quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade em busca de um novo equilíbrio visando um futuro promissor. No entanto, para ocorrer o cumprimento do Projeto Político Pedagógico é necessário que haja um engajamento de todos que se fazem responsáveis pelo o mesmo, ou seja, a direção, os discentes, docentes, equipe administrativa, equipe de apoio, comunidade escolar e equipe pedagógica, precisam buscar colocar em prática o que rege o projeto político pedagógico para obter um bom desenvolvimento educacional, contribuindo para o funcionamento dos trabalhos escolares, e dessa maneira obter êxito em suas propostas.

O empenho das esferas administrativas superiores, não somente acabariam com os problemas da escola, pois é um trabalho de coletividade com um só objetivo, oferecer uma educação de qualidade ao alcance de todos.

Com base no Projeto Político Pedagógico demos enfoque a autonomia na execução do (PPP), a realização e o compromisso firmado na elaboração.

Acreditamos que essa pesquisa pode contribuir de modo significativo para que haja autonomia na execução do (PPP), que seja de fato e de direito realizado com o compromisso de qualificar a educação do município de Tacima/PB.

## ABSTRACT

Despite the transformations suffered throughout history, the school is the institution that humanity has chosen to socialize knowledge systematized. This denotes state that is where, in principle, is widespread knowledge that society considers it necessary to transmit to new generations. No other form of rigging was able to replace it. The school function as a social institution is to have the student participate in your active group and affectively, appropriating values, beliefs, academic knowledge and socio-historical references. A significant ownership both for themselves and for each other, making it a conscious person and responsible for the transformation of reality into which it is inserted, which enables the transformation of inhabited society, making it an experiences of space with many possibilities, as in relations political, social, cultural and scientific, where ethics and justice can guide the actions, providing opportunities for students to access systematized knowledge to the reworked and critically, helping to identify and overcome difficulties in the process of teaching and learning. This research aims to analyze the existing problems in establishing and implementing the political pedagogical project of the Municipal Elementary School and Supletivo Terlopédes Cruz, in the city of Tacima / PB. The Educational Policy Project aims to contribute to quality within the reach of all education, as found in this article the changes and autonomy for which has undergone the above school, the causes and consequences of the political pedagogical project and the lack of commitment to comply with rules in the project. This research may contribute to the development of the political pedagogical project in the school routine studied in order to, provide better education in the municipality of Tacima / PB.

**Keywords:** Education. Autonomy. Pedagogical Political Project.

## REFERÊNCIAS

- AMIGUINHO, Abilis. Viver a formação, construir a mudança, Lisboa: Educa, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO NEVES, Carmem M. “Autonomia da escola pública: um desafio para administradores”. Dissertação de mestrado/UnB. Brasília, ago. 1994.
- FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento sim e não: Um modo de agir num mundo em permanente mudança. 9ª Ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. “Pressuposto do projeto pedagógico”. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.
- IBGE: SITE:  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=251640&idtema=16&search=paraiba|tacima|sintese-das-informacoes>
- MARÇAL, J. e SOUSA, J. V. “Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? módulo III / Juliane Corrêa *Marçal*, José Vieira de *Sousa*; coordenação geral ... CONSED. SdS Centro Comercial Boulevard Bloco A/J 5º andar sala 501.
- MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola no 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990
- MARTINS, A. M. Autonomia da Escola: a (ex) tensão do tema nas políticas Papyrus, 1999. Petrópolis: Vozes, 1985.
- RESENDE, Lúcia M.G. Relações de poder no cotidiano escolar. Campinas: Papyrus, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. "Para além da curvatura da vara". In: Revista Ande nº 3. São Paulo, 1982. \_\_\_\_\_. Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1983.
- VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.
- VEIGA, I.P A. (org.) Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível / Ilma. Passos Alencastro Veiga (org.) Campinas, SP: Papyrus, 1995. - (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).